SEPARATA

ESTUDOS II



Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

2005

Economias dominantes e relações periféricas. A proto-industrialização do Algarve (1810-1852) – ideias síntese.

José Carlos Vilhena Mesquita

Faculdade de Economia, Universidade do Algarve

Resumo

Na Europa da primeira metade do séc. XIX a industrialização traduzia-se em duas palavras: progresso e riqueza. O capitalismo, iniciado com a globalização mercantil, entrou numa nova fase, mais funcional e orgânica, estribada num forte investimento de capitais, no aumento da produção, na circulação de bens e mercadorias, no consumo e na popularização do crédito. A banca e as instituições financeiras tornaram-se no sector motor de uma grande revolução socioeconómica, numa evidente continuidade do processo de desenvolvimento e de incremento tecnológico iniciado na Grã-Bretanha havia mais de um século. A Inglaterra exercia no mundo ocidental um sistema de economia dominante, baseada nas relações de dependência dos mercados periféricos. O nosso país, desde o Tratado de Windsor firmado no séc. XIV, tornara-se numa espécie de paradigma dessas relações de subordinação político-económica.

A Europa, do ponto de vista económico, movia-se em ritmos diferentes, conforme as suas heranças culturais e os seus sistemas políticos. Tudo dependia da mentalidade dos seus dirigentes e dos investidores. O centro-europeu apostou fortemente nos sectores secundário e terciário, no incremento das relações mercantis internacionais e no domínio colonial, enquanto nos estados do sul-europeu imperava uma mentalidade conservadora que se traduzia num catolicismo cultural, atreito ao lucro, à riqueza e à sumptuária. Em Portugal foram difíceis e lentas as actividades que contrariavam as mentalidades retrógradas do nosso tecido empresarial. Apesar da política de incremento industrial exercida durante a governação do Marquês de Pombal, só numa fase tardia do regime liberal, consolidado a partir da segunda metade do séc. XIX, é que se conseguiu encarrilar o país na senda da industrialização. Mesmo assim de forma lenta e titubeante, oscilando a política económica entre o proteccionismo e o livre-cambismo, um pouco ao sabor dos interesses partidários e dos benefícios materiais dos governantes.

Nesse período, o Algarve era uma região periférica, espraiada sobre o litoral, com uma preocupante recessão populacional, e cujas actividades económicas se concentravam no sector primário. O desenvolvimento económico do Algarve estava absolutamente dependente dos desígnios da política central, cuja estratégia de investimento público estava orientada para Norte.

A industrialização do país foi tardia, morosa e vacilante. E no Algarve não passou de uma quimera. Em boa verdade, o Algarve nunca foi (nem mesmo hoje) uma região industrializada, porque sempre careceu de capitais locais e de empresários nacionais, resolutos e intemeratos. A inebriante mentalidade de dependência periférica, tornou a indústria num sector de risco ao qual faltavam os principais adjuvantes, nomeadamente as vias de comunicação, os transportes rápidos e seguros, a privilegiada desalfandegação das matérias primas importadas, os recursos humanos experimentados, a instrução mínima do operariado, e uma política fiscal de apoio ao investimento nas indústrias de transformação das potencialidades naturais da região. O pouco que havia eram simples unidades de produção manufactureira, viradas para as necessidades do mercado local e sem objectivos de produção em série para a exportação.

O presente estudo é apenas um diagnóstico das possibilidades adiadas e das oportunidades perdidas, num Algarve adormecido e mole, desaproveitadamente estendido ao sol.

Palavras chave: Indústria no Algarve; Liberalismo e industrialização; Jistória Económica do Algarve; Bancos Rurais.

Abstract

In the first half of the 19thC industrialisation in Europe represented two words: progress and wealth. Triggered by mercantile globalisation, capitalism entered a new, more functional and constitutive stage based on strong capital investment, increased production, greater circulation of goods and merchandise, consumption, and financial credit popularity. Banks and financial institutions became the engine of a large socioeconomic revolution in a marked process for continued development and technological growth initiated in Great Britain a century earlier. In the western world, England practised a dominant economic system based on the dependency of fringe markets. Since the Treaty of Windsor, established in the 14thC, Portugal became paradigmatic in terms of politico-economic subordination.

In economic terms, Europe developed at different paces, depending on the cultural inheritances and political systems at work. Most things depended on the attitude of policy leaders and investors. Central Europe invested strongly on secondary and tertiary sectors grounded on international mercantile relations and colonial rule while southern European states maintained a conservative attitude, which rendered the culture of Catholicism as predisposed to gains, wealth and sumptuary behaviour. Reactionary attitudes made Portugal's entrepreneurial affairs difficult and slow. Although industrial-based policies were set up during the reign of *Marquês de Pombal*, it was only in the later stages of the liberal regime, established in the second half of the 19thC that the country started on a course towards industrialisation. Rather slow and unsteady, economic policy fluctuated between protectionism and free-trade, depending on political party interests and material benefits for government leaders.

In this period, Algarve remained a peripheral region, located along the coast, with a population recession of worrying proportions and whose economic activities relied on the primary sector industries. The economic development of Algarve was completely dependent on the political agenda of central government, whose public investment strategy favoured Northern Portugal.

The country's industrialisation was tardy, slow and unstable. In Algarve, its effect was merely illusional. In truth, Algarve never became an industrialised region (even today) due to lack of local finance and national investors that were resolute and intemerate. The inebriate attitude of peripheral-dependent provinces turned industries into a high risk sector, in which primary structures such as transportation links, quick and reliable transport, a privileged customs regime for imported raw materials, tried-and-tested human resources policies, minimum worker training requirements, and supporting fiscal policy towards processing industry investment of regional potential. What little existed were simple manufacturing production units aimed at the needs of the local market and with no mass production objectives for export.

This study is a diagnosis of postponed possibilities and lost opportunities in the dormant and lazed region of Algarve, dawdlingly outstretched under the sun.

Keywords:Industry in Algarve; Liberalism and industrialisation; Economic History of Algarve, Rural Banks

Comecemos, paradoxalmente, pelo fim: o Algarve, apesar de todas as potencialidades de que a natureza o bafejou, nunca dispôs de condições materiais nem de meios humanos para se poder transformar numa região industrializada. Apenas em momentos de positivo pendor conjuntural e em locais predestinados, se assistiu a um forte surto industrial no sector conserveiro do pescado, e principalmente nos períodos intermediários às duas guerras mundiais. Mas, no período em questão (1.ª metade do séc. XIX) o Algarve era o espelho do país profundo, o reflexo das ancestrais assimetrias económicas e das estruturais dependências periféricas. Vejamos, em breve síntese, como se tecia essa urdidura socioeconómica, tendo como enfoque a industrialização regional.

O sector secundário - pelas suas exigências em fortes investimentos de capitais e de incontornáveis factores de risco, mercê da volubilidade dos mercados - sempre suscitou uma certa desconfiança nos investidores nacionais. Num país ronceiro e atávico, culturalmente católico, politicamente conservador e mentalmente submisso, a riqueza e a ostentação prenunciavam o caminho do mal, a perdição da alma e as chamas do inferno. A própria personificação demoníaca do dinheiro, com o qual se vendeu Cristo, inquinou durante séculos a aceitação social da riqueza e o processo de capitalização do tecido empresarial, entorpecendo a expansão dos mercados, a circulação e a cambialidade da moeda. Por isso é que as actividades financeiras (movimentos de capitais, crédito pessoal, investimento mercantil e transacções internacionais) estavam nas mãos de instituições proto-bancárias de origem judaica, que encaravam os negócios e o enriquecimento

pessoal como um indicador de prestígio social, isento de quaisquer penalizações religiosas. As instituições financeiras e de distribuição de crédito (posteriores ao movimento da Reforma) continuaram a ter as mesmas origens, ainda que veladas sob a capa das repúblicas italianas, dos principados alemães e sobretudo da Holanda, para onde emigraram os proscritos da ibérica sanha anti-judaica.

Não admira, pois, que o investidor mercantil, o empresário de sucesso, o industrial endinheirado, ou, pior ainda, o banqueiro capitalista, fossem figuras que tinham qualquer coisa de mefistofélico para a mentalidade tacanha do nosso primordial oitocentismo. Até que o liberalismo se impusesse como regime político-económico – o que ocupou quase todo o séc. XIX – o nosso povo, enraizadamente crente nos valores tradicionais da fé cristã e da honra nobiliárquica, não se dispunha a aceitar facilmente a industrialização como meio precursor do desenvolvimento material e cultural, sucessivamente adiado ao longo das últimas centúrias. São disso exemplo os flagrantes e infrutíferos projectos de incremento industrial preconizados por Duarte Ribeiro Macedo, pelo Conde da Ericeira (D. Luís de Menezes), por D. Luís da Cunha, pelo Marquês de Pombal, por Acúrsio das Neves, por Solano Constâncio, e vários outros intelectuais, que, desde os séculos XVII a XIX, preceituavam o aumento da riqueza nacional, o equilíbrio da balança comercial e a estabilização das finanças públicas, através de uma política de industrialização generalizada. Porém, era opinião consensual que o investimento, público e privado, no aparelho produtivo manufactureiro, deveria obedecer a critérios racionais de ponderação desenvolvimentista, e que a disseminação dos sectores industriais acataria as tradições e os recursos locais, por forma a tornar-se num processo de industrialização especializada e regionalizada.

Não deixa, aliás, de ser curioso que quando se manifestaram as primeiras revoluções e pronunciamentos militares de cariz liberal (em 1820, 1838 e 1842, sem esquecer as fatídicas guerras-civis de 1826-1834 e de 1846-1847) a palavra "Regeneração" assumia um significado político-económico que era verdadeiramente um catalizador das recalcadas frustrações nacionalistas do nosso passado histórico. O sentido da palavra "Regeneração" continha um significante revivalista de forte pendor mental; ou seja, o que os políticos liberais pretendiam transmitir ao povo é que o novo regime, que se propunham instituir, proporcionaria a Portugal a retoma do seu antigo prestígio político e da sua preponderância económica na Europa, tal como já acontecera nos séculos XV-XVI com o comércio asiático, e nos séculos XVII-XVIII com a mineração aurífera do Brasil. Apenas não explicaram, no seu romântico conceptualismo, com que meios se dispunham atingir essa predominância no concerto das nações europeias. Certamente estaria nas congeminações dos políticos liberais atingir esse desiderato através de uma panaceia ideológica, a qual supunham reverter num processo de industrialização global, ignorando, porém, a realidade económica e as potencialidades financeiras do país.

No contexto acima equacionado, o Algarve - pelo seu enquadramento geográfico e pela sua genética herança sócio-cultural - nunca foi uma região de intrínsecas propensões industriais e fabris. Existem várias razões estruturais que explicam essa inadequação vocacional. Desde logo a falta de capitais autóctones. Não havia no Algarve grandes plutocratas, mas antes algumas famílias com grossos cabedais (fundiários e agro-industriais)

que se dedicavam ao comércio regional e à exportação para os mercados europeus de alguns produtos naturais, como o figo, a amêndoa, a cortiça, o azeite, os citrinos, o sal e o peixe seco. As famílias Coelho de Carvalho e os Bívar, que se disseminaram consanguinamente por todo o Algarve, foram as mais proeminentes. De ambas, aliás, resultou um caudilhismo político e um patrocinato económico-financeiro que imperou no Algarve durante todo o século XIX. Mas havia também outras famílias notáveis, como os Sárreas e os Bickers, em Portimão; os Vilarinhos e os Mascarenhas Neto, em Silves; os Magalhães Barros, em Lagoa; os Oliveira-Freire e os Francas, em Tavira; os Silveiras e os Pereiras de Matos, em Faro; os Rodrigues Tenório, em Vila Real de St.º António; e algumas mais, que se tornaram conhecidas pela sua evolução das actividades agro-mercantis para a produção manufactureira. É natural que depois de satisfeitas as necessidades básicas do mercado interno os recursos financeiros se deslocassem do sector agrícola para o industrial. Todavia, as disponibilidades económicas eram limitadas ou pouco abundantes, além de que a mentalidade conservadora, receosa da inovação e da modernidade, associada a uma impreparação técnico-científica, suscitavam uma natural falta de audácia para o investimento no sector manufactureiro.

Mais destemidos e agressivos no comércio externo eram os negociantes estrangeiros aqui radicados, como os britânicos Barr Crispin, os franceses Barrot, os suíços Landerset, os dinamarqueses Weinholtz, os italianos Parodi, e os espanhóis Cúmano, Feu, Ramirez, Cumbrera, Roldan, Gomez, Centeno, Drago, Valverde, Ávila, etc. Havia também alguns empresários e negociantes judeus, como os Bensabat, Amram, Sequerra, Ruha, e outros, especialmente concentrados em Faro. Contudo é importante frisar que a maioria destes empresários só se revelaram no último cartel do século XIX, quando transitaram do comércio para a indústria, sendo a extracção pesqueira e a transformação conserveira do pescado, assim como a manufactura da cortiça, os sectores que mais concitaram os interesses destes investidores.

Só a partir de 1875 é que a economia regional algarvia experimentou significativas mudanças, mercê da fundação do Banco Agrícola e Industrial Farense, que, diga-se em abono da verdade, vinha no seguimento da revitalizada Sociedade Agrícola do Distrito de Faro, instituída trinta anos antes mas que sofreu um longo período de letargia, do qual viria a despertar em 1872. Foi no prosseguimento do Fontismo e da sua política de "melhoramentos materiais" que se abriram definitivamente as portas ao capitalismo em Portugal, cujo reflexo mais evidente terá sido precisamente o acesso aos financiamentos bancários, à isenção fiscal e à subsidiarização estatal, nos sectores da agricultura, dos transportes e comunicações, assim como na indústria. A injecção de capitais na província veio trazer um novo alento para a economia nacional. Pena é que não tivesse chegado mais cedo.

Outra das razões que explicam o lento e difícil desenvolvimento industrial do Algarve foi a falta de mão-de-obra especializada. Os investidores precisam de recrutar operários conhecedores das matérias em que vão laborar. Desde o pombalismo que se percebeu a necessidade de importar mestres e oficias experimentados, razão pela qual vieram, sob a mira de atractivos contratos, centenas de estrangeiros, italianos, franceses, flamengos, alemães, etc. A indústria que subsistia ainda no dealbar do liberalismo fora

instituída por empresários e operários estrangeiros, resistindo ainda hoje algumas fábricas nos sectores dos vidros, das porcelanas e dos têxteis.

Por fim, faltavam no Algarve as vias de comunicação terrestre, amplas, acessíveis e seguras. O que existia era uma desgastada e ancestral via longitudinal, designada por "estrada real", que marginava, próxima e paralela, à linha costeira (em certos locais coincidente com a actual estrada 125), com poucas ramificações para o interior alentejano, com vários acidentes naturais (rios, desfiladeiros e penhascos) intransponíveis por falta de pontes e de outras obras para a facilitação do trânsito. O governo nada fazia para viabilizar as comunicações com o interior, mesmo sabendo que para se atenuarem os efeitos do desenvolvimento desigual e impedir o exacerbamento assimétrico do crescimento económico, se tornava, de todo, imprescindível a adopção de uma política de implementação das vias de transporte, através da construção de uma rede de estradas que permitisse a ligação rápida entre o centro e a periferia, entre o hinterland produtivo e os mercados consumidores. «Os meios de comunicação constituem um elemento importante para a definição do mercado e a sua relação com os outros. As condições geográficas do País, as técnicas de transporte e a natureza das vias de comunicação, são o elemento decisivo para se compreender a movimentação económica portuguesa na sua dimensão correspondente»[1]

Por outro lado os transportes eram ineficazes, limitando-se a obsoletos carros de mulas e desconchavadas traquitanas, havendo que contar com as diligências que de Lisboa vinham em dias certos da semana, transportando algumas pessoas, a mala do correio e mercadorias de pequeno porte. O mais comum, para se atravessar a serra algarvia e penetrar na peneplanície alentejana, eram as caravanas de almocreves, que em conjunto se protegiam dos salteadores de estradas, enquanto transportavam diversos produtos regionais, como amêndoas, figos, sal, peixe-seco, ceiras de palma, obras de esparto e outros bens de manufactura artesanal. As ligações, mais seguras e rápidas, com a capital, faziam através da via marítima, três vezes por semana. Enquanto não chegou o comboio ao Algarve, o que só aconteceu em 1889, as vias de comunicação terrestre eram manifestamente inadequadas e insuficientes às necessidades de desenvolvimento regional.

Faltava também uma política fiscal de protecção ao investimento na industrialização regional. O mesmo se pode e deve afirmar em relação a uma política de desalfandegação privilegiada, para a importação de matérias primas necessárias ao incremento industrial. Sem um estatuto de privilégio aduaneiro dificilmente se poderia atrair o investimento estrangeiro no Algarve. Essa situação foi aliás absolutamente evidente, confrangedora e desmotivante, no período que mediou a fundação e consequente ruína da Fábrica de Tapeçarias de Tavira.[2]

Por fim, faltavam no Algarve investidores com capacidade empresarial que dispusessem de uma formação integrada, ou seja, que possuíssem conhecimentos de gestão e que não tivessem pressa em ser ressarcidos do capital inicial. Habituados aos lucros imediatos das transacções comerciais, faltava-lhes o espírito empresarial, e a óbvia disponibilidade

[1] Jorge Borges de Macedo, Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII. 2ª ed.,, Lisboa, Editorial Querco, 1982, p. 131.

[2] Cf. José Carlos Vilhena Mesquita, *O Marquês de Pombal e o Algarve - A Fábrica de Tapeçarias de Tavira*, edição da Câmara Municipal de Tavira, 1999.

financeira, para aguardarem o surgimento das mais-valias. Até que as mentalidades se adaptassem às novas realidades, quer do recurso ao crédito, quer das obrigações fiscais e dos compromissos sociais, houve que esperar duas gerações e ver por fim desaparecer o espírito do antigo regime. Mas isso são contas de um outro rosário...

1. O processo de formalização estrutural. O paradigma pombalino.

Um dos sectores que mais eficazmente se projectara na estrutura económica do regime pombalino fora o da indústria, cujo futuro se augurava prenhe de sucesso. Porém, a conjuntura política internacional resultante do entrechoque das potências imperialistas centro-europeias, condicionou de forma drástica a evolução socioeconómica que se antevia para o dealbar do oitocentismo português.

A tão propalada *Revolução Industrial* - que conferiu à coroa britânica a liderança do sistema político e a construção das normas de procedimento económico em que se enraizou o capitalismo moderno - não passou desapercebida nem ao lado dos interesses nacionais. No início do processo histórico da industrialização europeia, Portugal parecia querer contrariar a sentenciosa frase do Cavaleiro de Oliveira, que comparava o nosso país a «um relógio sempre em atraso, onde tudo chega quando nos países de origem não tem já uso». Embora sem poder ombrear com os ingleses, o nosso sector industrial dava mostras de pujança e vontade de singrar, numa próspera consonância com o tráfego internacional, sobretudo orientado para as colónias. A estratégia político-económica, que foi seguida desde os finais do consulado pombalino até à década de oitenta no século seguinte - em parte derivada da ausência de matérias primas, preparação tecnológica e intrínsecas fontes energéticas - consistiu, segundo Bairoch, numa atitude de *complementaridade* para com a economia britânica, não por se tratar do nosso preferencial aliado político mas, principalmente, por constituir, enquanto primeira potência europeia, o modelo de *economia dominante*.[3]

Outras nações, porém, preferiram pôr em prática uma política de *concorrência* contra a hegemonia britânica - como, por exemplo, ocorreu na Bélgica e na Suíça - só possível pela disponibilidade de matérias primas e de uma tradição industrial, o que se a princípio fez baixar a sua balança de transacções correntes, veio, a posteriori, revelar-se positivo na taxa anual de crescimento por habitante, 55% superior à dos países *complementares*. Por essa razão é que o crescimento económico nos pequenos países *concorrenciais* foi mais célere do que nos estados de economia *complementar*, chegando mesmo a ultrapassar, de forma comparativa, as potências mais industrializadas.[4]

---

[3] Paul Bairoch, *Commerce Extérieur et Développement Économique de l'Europe au XIX siécle*, Paris, Ed. Mouton, 1976, p. 260. Para este historiador a estratégia da *complementaridade* foi seguida não só por Portugal como também pela Dinamarca, pela Noruega e por outros países da periferia europeia.

[4] Idem, *op. cit.*, pp. 260-261.

Os progressos técnicos da moderna indústria não pareciam ser desconhecidos dos portugueses, pois que no início do reinado mariano equiparam com máquinas inglesas algumas unidades de fiação algodoeira em Tomar, Alcobaça e Porto, assim como as fábricas da seda em Lisboa e Chacim. No início do século XIX igual procedimento ocorreria com as fábricas de fiação de lã na Covilhã. Além disso, no raiar da centúria a máquina a vapor - ainda que de uma forma incipiente e rudimentar - dera já entrada na nossa indústria e preparava-se para tomar conta dos transportes marítimos.[5] Se não fosse a instabilidade política, conflitualidade endémica e estagnação económica, que caracterizou as primeiras décadas do novo regime, por certo o sector secundário teria evidenciado uma evolução mais favorável à inserção da máquina a vapor.

Nada fazia prever o descalabro com que o sector viria a defrontar-se nos anos seguintes, embora já se soubesse que após o consulado pombalino o elevado número de oficinas e unidades fabris era mais aparente do que real, pois que muitas delas atravessavam momentos difíceis de sobrevivência económica. A política proteccionista do sector assim como os apoios financeiros, através de subsídios a fundo perdido ou empréstimos a longo prazo, abrandou significativamente com o governo da "viradeira", razão pela qual encerraram muitas unidades fabris que pareciam predestinadas a alcançar grande sucesso. Um desses exemplos ocorreu com a fábrica de tapeçarias de Tavira, acerca da qual demos já público e desenvolvido conhecimento.[6] Por isso é que cerca de 1827, o viajante e presbítero anglicano William Morgan Kinsey afirmou que «as manufacturas de tecidos estabelecidos por Pombal já não existem».[7]

Quando a política de fomento industrial - delineada pelo conde da Ericeira e remoçada por Pombal - começava a dar os melhores frutos, surgiram no pacífico horizonte do território português as tropas de Junot. Iniciava-se, com as chamadas *Invasões Francesas*, um período de acesa conflitualidade bélica, ideológica, social, e económica, à volta do qual se perfilariam profundas alterações na ordem política vigente. Porém, não restam dúvidas que foi a organização económica, sobretudo no que toca ao ordenamento dos sectores comercial e industrial, que mais sofreu com a ocupação francesa.

Os tempos e as decisões políticas que se lhe seguiram também não foram os mais convenientes, já que a assinatura, em 1810, do Tratado de Amizade e Comércio com a Grã-Bretanha só veio agravar ainda mais a situação, pois que dele resultou praticamente a perda do Brasil, cuja ambivalência económica era fundamental para a sobrevivência financeira do Estado. Note-se que o Brasil era uma fonte de primordial importância para o

[5] Arquivo Histórico Parlamentar, Comissão de Artes e Manufacturas, caixa 44, nº 103, requerimento às Cortes, datado de 10-9-1821, firmado por António Julião da Costa e seus sócios, pedindo autorização para importar um barco a vapor para a sua empresa, onde possuía uma máquina a vapor que empregava na moagem de cereais, serração de madeiras, descasque de arroz e fundição de ferro.

[6] Veja-se o nosso estudo *O Marquês de Pombal e o Algarve - A Fábrica de Tapeçarias de Tavira*, edição da Câmara Municipal de Tavira, 1999.

[7] Da sua visita ao nosso país resultou a publicação da obra *Portugal Illustrated*, London, 1828, que teve 2ª edição em 1829, de cuja p. 447 extraímos a citada afirmação.

fornecimento de mercadorias primárias, funcionando, igualmente, como mercado consumidor dos nossos vinhos e têxteis. Aliás, para protecção da nossa indústria, o Alvará de 5-1-1785 proibira a instalação naquela colónia de quaisquer fábricas que pudessem concorrer com os tecidos nacionais. Porém, o Alvará de 1-4-1808 ao revogar essa proibição abrira caminho ao surgimento da nova indústria brasileira, que em 1815, ainda antes da metrópole, possuía já a máquina a vapor, adaptada aos engenhos do açúcar. Da sequência dos factos político-económicos resultaria a sua emancipação do império colonial português.

Mas a principal consequência da independência do Brasil terá sido, entre outras, a perda de um acesso privilegiado às mercadorias coloniais de grande aceitação europeia, como era o caso do açúcar e, sobretudo, do algodão bruto, com o qual mantínhamos em próspera ascensão a nossa indústria têxtil e a balança comercial com a Inglaterra. Aos superavites anuais, que antecederam o Tratado de 1810, sucedeu um défice crónico, que impediu o equilíbrio da balança de pagamentos e, logicamente, obnubilou as perspectivas de crescimento económico e produtivo do sector industrial.

Mas, acerca dos nefastos prejuízos de que se revestiu para a nossa indústria o «Diktat de 1810», ninguém melhor do que Valentim Alexandre nos poderá dar uma perspectiva global:

> O ponto de viragem não está na abertura dos portos brasileiros, mas no tratado de comércio de 1810, que abre aos tecidos de algodão ingleses os mercados de Portugal e do Brasil. Sector chave da primeira fase da revolução industrial, indústria nascente em Portugal, o têxtil de algodão foi atingido em cheio, mal sobrevivendo nas décadas seguintes. Com ele, é toda a industrialização do país que fica afectada. (...) Gravemente afectado pela perda dos tráficos coloniais e pela crise dos principais sectores da sua indústria, é em condições muito desfavoráveis que Portugal inicia o processo de adaptação às novas condições do capitalismo concorrencial do século XIX. (...) É em termos de derrota estratégica, na luta por um desenvolvimento auto-centrado, que deve pensar-se a ruptura provocada pela abertura dos portos do Brasil e pelo tratado de 1810. [8]

2. A perda do mercado brasileiro e o desinvestimento industrial.

O momento histórico, em que ocorreram as invasões e a consequente abertura dos portos brasileiros, coincidiu com a *décalage* industrial inglesa, período esse que ficou marcado por índices de forte investimento nos principais sectores económicos, acompanhado por um crescimento muito rápido do produto e do rendimento nacional, que se reflectiu, igualmente, no aumento percentual da população activa.[9]

---

[8] Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Porto, Edições Afrontamento, 1993, p. 792.

[9] Na Inglaterra, durante o período de 1801 a 1821, o crescimento anual médio dos três grandes sectores de actividade económica foi da seguinte ordem: Agricultura 1,5% de taxa de crescimento; Indústria 4,7% e no Comércio a média anual foi de 3%.

Pierre Léon (dir. de), *História Económica e Social do Mundo*, [volume «Inércias e Revoluções»], Lisboa, Sá da Costa Ed., 1983, vol. 3, Tomo II, p. 366.

Em contrapartida, para o nosso país esse período corresponde a uma fremente crise política e a uma quebra das exportações, agravada pelo abaixamento dos preços internacionais, quer das manufacturas quer dos bens alimentares.[10] As repercussões fizeram-se sentir principalmente na importação de cereais, mais baratos do que os produzidos nos nossos campos, e na quebra de valor dos salários rurais que coincidiu com a "doação" da Carta Constitucional, o que, em parte, também poderá justificar a extrínseca adversidade das massas rurais face ao novo regime. Lembramos que na região norte do país proliferava a exploração do linho para fins industriais, ocupando-se, numa espécie de «economia mista» ou de «sistema doméstico», uma parte razoável da população activa, cuja procura no mercado interno e externo baixou consideravelmente face à concorrência britânica. Essa terá sido, entre outras, uma das razões que levaram as massas rurais a encararem o novo regime com acentuada desconfiança e flagrante adversidade.[11]

Em todo o caso, contrariando todas as expectativas e vicissitudes políticas, o sector parecia querer recompor-se pois que no inquérito realizado em 1814, sob a égide da Real Junta de Comércio, referenciava-se a existência de 511 fábricas, das quais 234 estavam em decadência, 48 consideravam-se estacionárias, 12 foram encerradas, 6 diziam-se em instalação, de 77 nada se sabia e 134 possuíam uma posição sólida e progressiva.[12]

2.1. Os inquéritos industriais – um diagnóstico do sector.

Abrimos aqui um parêntesis para lembrar que este foi, aliás, o primeiro dos três grandes inquéritos realizados na primeira metade do século XIX. Por sinal o mais inconclusivo, visto que não se cuidou de indagar qual o regime económico do trabalho industrial, qual o montante dos capitais investidos nas respectivas fábricas, qual o valor e a quantidade da produção e até mesmo a elementar curiosidade de se saber quantos operários comportava cada uma delas. Tentou-se corrigir o erro logo no ano seguinte, exigindo-se dos Corregedores novos mapas, desta feita mais circunstanciados, sobre todas as unidades de produção das suas áreas de jurisdição. As informações foram chegando à Junta do Comércio tão lentamente que se prolongaram por quase toda a década seguinte. Apesar de tudo, e não obstante a fraccionalidade dos dados, são ainda hoje essas as melhores informações de que dispomos para um hipotético diagnóstico industrial de todo o país na primeira metade do século XIX.

---

[10] Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies au Portugal*, Paris, Armand Colin, 1955, pp. 276-287.

[11] «...não nos parece possível compreender a instabilidade social e as posições políticas da população rural do norte de Portugal, nomeadamente do Minho, na primeira metade de Oitocentos, sem ter em conta que entram em colapso, nessa zona, vários focos de proto-industrialização, de que o têxtil do linho era uma das bases principais.»

Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império*, op. cit., pp. 814-815.

[12] Vide «Mapa Geral Estatístico que representa as fabricas do Reino no estado em que existiam nos primeiros tempos depois da última invasão» (datado de 1814) publicado por José Acúrsio das Neves, «Variedades sobre objectos relativos às Artes, Comércio e Manufacturas, consideradas segundo os princípios da Economia Política», in *Obras Completas*, 6 vols., Porto, Ed. Afrontamento, s/d, vol. III, pp. 123-558 [«Mapa» a pp.241-271]. Saliente-se que este inquérito, embora abrangesse o país todo, citava apenas 34 comarcas, o que demonstra a fraca dispersão das actividades manufactureiras.

Assim, após o inquérito de 1814, seguiram-se os de 1839 e de 1852. O segundo destes deveria ter sido cumprido pelos administradores gerais dos distritos, que remeteriam ao Ministério do Reino os inquéritos directamente formulados junto dos empresários das «indústrias agrícola, fabril e comercial» existentes nas suas regiões. O laxismo das autoridades e as dificuldades processuais dos respectivos inquéritos, levou ao seu próprio fracasso, conforme admitiu o Ministro nos relatórios enviados às Cortes em 1840 e 1841.[13] No caso do Algarve, por exemplo, nada consta sobre as unidades de produção que certamente se encontrariam a laborar, pelo menos no sector da transformação e salga do pescado.

Quanto ao inquérito de 1852, realizado pela Repartição de Manufacturas junto das fábricas que ocupassem mais de 10 operários, encalhou com as mesmas deficiências de objectividade dos anteriores, apenas se preocupando com o número e potência das máquinas a vapor que por ventura fossem nelas utilizadas. Apesar de também se indagar o número de operários, distinção de sexo e classe etária dos mesmos, olvidaram-se outros informes importantes como o valor do investimento, a quantidade da produção e a remuneração do trabalho. Por outro lado, foi muito grave a exclusão das fábricas e oficinas com menos de dez trabalhadores, já que, desse modo, se reduziu em muito a abrangência industrial do inquérito. O que se tornou fácil não foi, em contrapartida, o mais eficiente e conclusivo para os interesses nacionais.

No caso do Algarve, a resposta a esse inquérito foi a mais esperada: «neste districto não existem fábricas». Tão simples como lacunar e dúbio. Num país onde os empresários pouco confiavam no governo e dele só esperavam novos impostos, não admira que dessem a esses inquéritos o prenúncio de sobrecargas fiscais, respondendo-lhes com informações inverosímeis às quais sonegavam a realidade dos factos.

3. O liberalismo e a política de incremento industrial.

Retomando a análise, interrompida no parágrafo anterior, parece-nos que a situação tendia a melhorar, visto que desde a Revolução de 1820 até à introdução da Carta Constitucional em 1826, assistiu-se a um refulgir do sector manufactureiro, cujo número de unidades fabris duplicou no curto espaço de uma década, atingindo um total de 1031 fábricas, em cujo seio laboravam cerca de 15000 operários.[14]

---

[13] A «Revista Universal Lisbonense» publicou a esparsos alguns mapas estatísticos da indústria nacional com base nas informações do inquérito de 1839. No entanto, são nesta Revista do maior interesse as notícias, correspondências, relatórios e memórias publicadas nas suas colunas, sobretudo a partir de 1844, sendo após essa data inúmeras as informações sobre minas e prospecção geológica.

[14] Cf. Fernando de Sousa, «A industrialização Portuguesa no século XIX», in *Reflexões sobre a História e Cultura Portuguesa* (cord. de Maria Emília Cordeiro Ferreira), Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1985, p. 244, que por gralha aponta um total de 1301 fábricas. A fonte em que todos beberam foi o relatório ministerial,

A época estava envolta em flamejantes valores patrióticos e nacionalistas, que os revolucionários do "Sinédrio" usaram de forma estratégica no incitamento das elites militares e burguesas contra a preponderância político-económica dos britânicos, que gozavam de especiais privilégios na concorrência interna e no mercado colonial. E na verdade, desde a gloriosa revolução vintista, fundaram-se 177 novas fábricas, 50 das quais pertenciam ao foro têxtil e cerca de 30 haviam-se instalado durante a curta vigência liberal.

Por isso é que houve necessidade de reorganizar o aparelho produtivo em torno de uma associação de classe, como foi o caso da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, criada em 1822. Como reflexo das novas oportunidades institucionais derivadas do quadro político em que se inspirava o regime constitucional, surgiram algumas empresas em Lisboa e sobretudo no Porto.[15]

Embora numa escala mais reduzida, também alguns concelhos menos desenvolvidos do litoral ou do interior foram objecto de interesse e de implementação manufactureira, de que é principal exemplo a, ainda sobrevivente, fábrica da Vista Alegre, nascida da transferência de capitais do comércio e do pingue contrato do tabaco, naquele que foi provavelmente o primeiro exemplo de estratégia financeira e de diversificação do investimento.[16]

Não obstante o sector parecer em franca recuperação e progresso, o certo é que sem o apoio do poder político e a solidez do regime nada se poderia garantir ao investidor, já de si receoso da forte concorrência exercida pelos empresários estrangeiros radicados nos principais portos de movimentação marítima. Por essa razão é que o período entre 1826 e 1836, caracterizado por grande efervescência política e conflitualidade militar, constituiu um forte revés no progressivo caminho da indústria nacional, então ameaçada de estagnação produtiva e de acentuada recessão económica.

Mais uma vez o relógio da industrialização voltava a atrasar-se, perdendo irremediavelmente todas as perspectivas de poder acertar o andamento com as principais potências europeias. Foram demasiados escolhos que se opuseram ao livre desenvolvimento do sector, que face às vicissitudes do xadrez político internacional, às fragilizadas e imprudentes negociações diplomáticas de um tratado comercial, acrescida por uma endémica conflitualidade militar que culminaria numa devastadora guerra-civil, bem se pode dizer que talvez não fosse possível fazer melhor e ir mais longe neste conturbado e titubeante mundo da indústria nacional.

---

datado de 30-12-1822, referenciado por V. Magalhães Godinho, *op. cit.*, p. 246, no qual se refere a existência de 1031 fábricas em que laboravam precisamente 14.934 trabalhadores, com uma média de ocupação de 14 a 15 operários por unidade fabril. A maior parte das manufacturas estava ligada à esfera da influência e produção do têxtil, quer do algodão, quer da seda ou do linho, com especial incidência na faixa costeira e região norte.

[15] Vide M. Madalena Allegro de Magalhães, «A indústria do Porto na primeira metade do séc. XIX», in *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, I série, nº 4, Lisboa, Univ. de Lisboa, 1988, pp. 111-155.

[16] Cf. Jorge Borges de Macedo, «Introdução» in *Vista Alegre - Porcelanas*, Lisboa, Inapa, 1989.

Com o *Setembrismo* proteccionista, estribado na pauta de 1837, novo alento se anuncia e experimenta no corroído ramo industrial que, desta forma algo nacionalista, reagiria drasticamente contra o monopólio comercial britânico enraizado no tratado de 1810. Foi certamente esse o principal, senão o único, gesto de protecção do sector manufactureiro levado a cabo até finais do século XIX. Repare-se que a primeira máquina a vapor adquirida para fins estritamente industriais data de 1835. Note-se também que por essa altura a Grã-Bretanha tinha cerca de 10.000 máquinas a vapor a trabalhar nas suas fábricas. Esta diferença ilustra bem a estrutura económica do nosso país, que sem tradição industrial, e desde o séc. XVIII dependente de uma «política de complementaridade» com o nosso velho aliado britânico, resvalara para uma posição muito próxima do arquétipo das nações subdesenvolvidas.[17]

Impõe-se referir que foi o proteccionismo *Setembrista* que justificou a importação de novas e mais potentes máquinas, assinalando-se através das mesmas o arranque no nosso país da industrialização moderna. Daí até 1842 o crescimento do sector justificou a vinda de mais 12 máquinas, cuja força energética totalizava 185 c.v., número esse que subiria para 70 unidades em 1852, numa potência global de 983 c.v.[18] A tentativa setembrista não teve grandes reflexos económicos por ter sido breve a sua vigência governativa.

3.1. Proteccionismo versus livre-cambismo, eis a questão.

Contudo, o tempo veio a demonstrar que não era descabida a solução proteccionista, insistentemente atacada e contrariada pelos ingleses e seus acólitos, que no nosso país se faziam representar pelos grandes empresários do impor-expor intercontinental. Em todo o caso foi este o tempo de Manuel da Silva Passos, a cuja «ditadura altruísta» se ficou devendo a criação dos Conservatórios de Artes e Ofícios, em Lisboa e no Porto, o lançamento das bases do ensino técnicoprofissional e, sobretudo, a controversa pauta aduaneira decretada em 10-1-1837, que constituiu uma espécie de marco miliário do sistema proteccionista. Passos Manuel, como era conhecido, deixou demolidoras marcas nos interesses comerciais ingleses, o que muito contribuiu para a sua impopularidade política, sobretudo no seio de um parlamento burguês, cujos membros de maior preponderância eram oriundos da facção mercantil pró-britânica.

A controversa questão do proteccionismo versus livre-cambismo, nunca foi pacífica, sendo muitos os teóricos, académicos e intelectuais envolvidos na trama de um

---

[17] Vide Paul Bairoch, *op. cit.*, p. 269. A questão da industrialização no séc. XIX prende-se com um processo de acumulação de experiências anteriores, que remonta, nos países mais desenvolvidos da Europa, ao século XVII, quando em países como a Inglaterra o rendimento médio per capita era muito mais elevado do que nos países mediterrânicos. No século XVIII essas nações evoluíram para uma proto-industrialização que, conforme as condições económicas e a disponibilidade de matérias-primas, se transformaria numa verdadeira «Revolução».

[18] «Inquérito Industrial de 1881», resumido por Joel Serrão no artigo «Máquina de vapor» in *Dicionário de História de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, vol. IV, pp. 244-249. Para se poder aquilatar as diferenças de proporção, basta dizer que em 1842 a Bélgica tinha 1300 máquinas a vapor a trabalhar no seu esforço de industrialização nacional.

enredo político, da qual sairia vitoriosa a facção mercantil. O espírito tradicional do português identificava-se com o apego à terra, o sofrimento e o sacrifício do trabalho na conservação dos ancestrais valores da honra legados pelos seus antepassados. Mas, também é certo que desse espírito nacional de povo da borda d'água, pobre e sofredor, nasceria a vontade da improvisação, a necessidade de sucesso, ainda que longe da mãe-pátria, extravasada numa intrínseca apetência pelo tráfico, no prazer da troca e no instinto da mercancia.

Bem sabido era que o comércio significava o lucro imediato, a que se associava a quimera do enriquecimento fulgurante. Assumia-se, aos olhos do vulgo, como um verdadeiro trampolim social que por efeitos económicos permitia fugir da plebe e procurar acolhimento noutros estratos mais dignos e prestigiados. Mas a fraca amplitude mental e cultural dessa gente muito raramente evoluía para "voos mais altos", horizontes mais diversificados e empreendedores. Ficavam-se pelos «giros do trato» e isso era quanto lhes bastava. Os lucros, na maior parte dos casos, eram aplicados na aquisição de bens não produtivos. O investimento multímodo ou a dispersão de negócios era atitude muito rara nestes princípios do século.

Por essas e outras razões, é que os nossos empresários se mostravam relutantes em expandir os seus horizontes para outros campos da vida económica, evitando diversificar os seus investimentos, preferindo os jogos de troca ao risco da produção e às exigências do mercado. Razões do foro cultural, mental e educativo, terão levado este povo a afastar-se do espírito renovador, criativo e progressista que estava por detrás dos novos ventos da industrialização.

Por isso, a escolha do caminho - para mais acicatada e fomentada pelos ingleses - não podia ser outra. O proteccionismo, servidor dos interesses industriais, foi suplantado pelo livre-cambismo, inspirado nos pressupostos económicos do próprio regime do *laissez faire, laissez passer*, materializado na circulação das mercadorias sem obstáculos políticos nem proibições alfandegárias. Era o que mais convinha aos interesses instalados da velha burguesia mercantil lisboeta, aos seculares vinhateiros do Douro e à possidente colónia britânica do Porto.[19]

Com efeito, a retoma do poder pelo partido cartista e a imposição de um "regime musculado" por parte dos Cabrais, resvalaria o país para a senda do livre-cambismo, cujo expoente máximo terá sido implementado, a posteriori, pelo sistema político-económico conhecido por *Fontismo* cujos fundamentos governativos visavam, quase exclusivamente, a exportação de produtos agro-pecuários, matérias-primas e minério. Os resultados imediatos foram economicamente satisfatórios, tornado-se o «fontismo» na imagem de sucesso da *Regeneração*.[20]

---

[19] Veja-se a este propósito o esclarecido trabalho de José Capela, *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias (1834-1900)*, Porto, Edições Afrontamento, 1975.

[20] Sem exageros ideológicos nem loas de circunstância, o Prof. Jorge Borges de Macedo, pronunciou em 24-1-1990 uma conferência comemorativa do I Centenário da morte daquele grande estadista, editada pelo Ministério das Obras Públicas sob o título *Fontes Pereira de Melo*, Lisboa, 1990, 40 pp. Por não ter dado entrada nos circuitos comerciais

O que de mais positivo se obteve para a nação foi a construção de uma rede de vias de comunicação entre o litoral e o interior, com especial ênfase na introdução dos caminhos de ferro. Porém, eram ainda os britânicos que controlavam o processo, já que dispunham do poder financeiro e do "know-how" tecnológico, então considerado de ponta, tão imprescindível ao nosso desenvolvimento socio-económico. Desse modo, conseguiram manipular o governo e a economia portuguesa, que tornando-se cada vez mais dependente dos empréstimos externos se atolara numa crescente dívida externa. A tal ponto o «Fontismo» embarcou nessa estratégia política que Oliveira Martins, na sua eloquência crítica, esquadrinhou o estado da nação nas seguintes palavras: «À fartura de uma população rural ignorante, junta-se a opulência das classes capitalistas de Lisboa e das cidades do Norte, não mais culta, porém mais *videira*. Uma granja e um Banco: eis o Portugal, português. Onde está a oficina ? E sem esta função eminente do organismo económico não há nações.»[21]

De facto, numa Europa que respirava os ventos de mudança política e radicais alterações no aparelho económico-produtivo, descurar a importância do sector industrial era o mesmo que renunciar ao *trem* do progresso e riscar a palavra futuro do vocabulário político do governo. Não foi isso que aconteceu no nosso país, pelo menos de uma forma atempada e consentânea com as perspectivas que poderiam ter proporcionado a mudança de regime. Só muito mais tarde - e nisso terá consistido o sucesso do *Fontismo* - é que se procurou apanhar o comboio europeu, reformar as mentalidades, apoiar o aparelho produtivo, incentivar a formação profissional e instituir o ensino técnico. Levou tempo, à boa maneira portuguesa, conservadora e tradicional, como o "relógio do Cavaleiro de Oliveira", onde tudo chega atrasado e já em desuso.

4. A situação industrial do Algarve.

Neste contexto, o Algarve pouco representava, não só por ser uma região periférica e, por conseguinte, excluída do centro nevrálgico do poder, como ainda pela sua falta de condições e potencialidade económico dos seus empresários. Durante a onda de industrialização pombalina, apenas pode contar, ainda que de uma forma quase episódica, com uma única oficina de tapeçaria, que a ter sido melhor apoiado bem poderia ter-se transformado numa unidade fabril de sucesso. Não foi o caso. E em 1780, já o ajudante do Superintendente das Alfândegas do Sul, José Viegas de Andrade, informava o Ministro do Reino que o tapeceiro francês, Pedro Mergoux, radicado em Tavira, «por falta do embolço prometido não podia subssestir a fecharão [a fábrica] mandando proximamente os aprendizes para caza de seus pays; de sorte que a fabrica ja não trabalha».[22] Extinguira-se deste modo a chama do progresso com que o pombalismo parecia querer alumiar as desprotegidas gentes algarvias.

---

tornou-se num dos trabalhos menos conhecidos do autor, o que consideramos injusto face à qualidade científica e isenção crítica do texto.

[21] Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, 2 vols., 8ª ed., Lisboa, Guimarães Edts., 1979, p. 331.

[22] Arquivo Histórico Ultramarino, Ministério do Reino, Maço 46, doc. 177, ofício de 17-7-1780.

No século seguinte o panorama não foi muito diferente. As gentes do litoral, extraíam do mar ou das trocas comerciais o principal da sua pouco exigente subsistência económica. No interior, as actividades agro-pecuárias davam para contentar as parcas ambições financeiras daquelas gentes. E se de alguma transformação, de matérias-primas em mercadorias ou bens de consumo, se ouvia falar era de rudimentares fornos de cal ou de primitivos fornilhos de carvão, a que se juntavam as obras de palma e de esparto com que se animavam os ronceiros mercados periódicos nas aldeias e vilas desse Algarve serrenho. Isto é, de fábricas não se ouvia falar.

Mas houve tentativas e até exemplos de boas intenções, que por razões de conjuntura económica acabaram por descambar para a falência e ruína dos seus proprietários. Tomemos como exemplo uma actividade industrial pouco usual no Algarve como era o caso da chapelaria. O artesanato local, do esparto e da palma, parecia chegar para as solicitações imediatas. No entanto, houve uma tentativa de implantação industrial de efémera memória. Referimo-nos à fábrica de chapéus de Tavira, que, entre 1802 e 1803, foi o único estabelecimento de produção fabril algarvio recenseado nos serviços de impostos da Fazenda. Começou a laborar em 28-1-1802 e assumia-se como «fábrica de xapéos grossos», em cuja feitura empregava várias matérias-primas e tintos, nomeadamente «lans, campexe, verdete, água-rosa, sumagre e brins».[23] Teve cinco aprendizes e, segundo uma informação oficial, só na primeira quinzena de trabalho produziu 85 chapéus, cujo preço por unidade não estaria ainda definido. Porém, a fábrica não chegou a singrar por escassez de mercado e da concorrência alentejana.[24]

Mas um dos exemplos mais proeminentes terá sido a fábrica de sola de Faro, instituída em Outubro de 1779, no sítio da Ribeirinha, por um grupo de empresários locais. Era indústria com tradição, não só pela herança cultural da antiga colonização árabe como ainda pela proximidade da Andaluzia e do norte de África, onde os couros, «marroquins» e toda a sorte de peles eram bastante apreciadas, tendo sempre garantido um bom mercado. Por outro lado no Algarve abundava a casca de sobro e o sumagre, indispensáveis mordentes para a curtimenta. Esta fábrica ficou submetida à protecção de Nossa Senhora do Pé da Cruz, cujo Passo, uma espécie de "alminhas" ou de ex-voto (a que já alguém chamou *Humilhadeiro*) foi por ela erigido no sítio em que ainda hoje se encontra, ficando as despesas do seu patrocínio a cargo da mesma.[25]

---

[23] Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP), Junta do Comércio, «Mapas e Contas dos Ministros Territoriais acerca das fábricas existentes, 1801-1803. O «campexe», ou campeche, era uma matéria corante de cor vermelha ou roxa que se extraía da árvore que lhe dava o nome. O «brim» era um tecido grosso de linho com o qual se faziam as velas e toldos das embarcações da pesca artesanal; mais tarde os panos de brim passaram a fabricar-se em tramas de linho e urdidos com algodão.

[24] Arquivo Nacional da Torre do Tomo (ANTT), Instituições da Fazenda, Impostos nas Fábricas de Tavira, Fábrica de Chapéus, 1801-1803, livros nº 6360 e 6361. Só no Alentejo existiam quatro fábricas de chapelaria, sendo famosa a de Évora.

[25] Francisco Lameira, no seu desdobrável sobre a Ermida de Nª Sª do Pé da Cruz, transcreve da escritura original o seguinte excerto: «...constituir uma fábrica de curtir sola no sítio da Ribeirinha desta mesma cidade, onde se tem dado seu principio, com a condição de tomar esta sociedade em sua protecção a venerável imagem de Nossa Senhora do Pé da Cruz desta mesma cidade e as Almas Santas para que pela intercepção da Beatíssima Virgem e pelo rogo das Almas Santas se alcance o bom fim que se dirige, contribuindo a dita sociedade com o que lhe parecer para o culto da Beatíssima Virgem e para sufrágio das Almas Benditas».

Julgo que terá sido a fábrica de maior sucesso em todo o Algarve, pois que a sua existência laboral deve ter-se prolongado por mais de trinta anos, encontrando-se porém, em 1811, em adiantado estado de decadência.[26] Aliás, deve ter encerrado as portas pouco tempo depois, já que em 1814 o Corregedor da Comarca de Faro refere, no rodapé do respectivo «Mapa das Fábricas», que «havião duas fábricas de cortimentas nesta Cidade de Faro, a saber, uma de Antonio Luiz de Macedo e outra de João Lampriere, ambas extinctas».[27]

Efectivamente, já nenhuma referência a esses estabelecimentos constava nos «mapas» de inquérito e recenseamento das fábricas, elaborados pelos Corregedores das Comarcas do Reino entre 1815 e 1825.[28] Com base nessa documentação e nos estudos da especialidade, elaboramos o quadro seguinte, pelo qual se repartem e distribuem todas as unidades industriais estabelecidas no Algarve até à implantação definitiva do liberalismo.

Quadro 1 - Quadro das indústrias do Algarve desde 1815 a 1833

Comarcas	Cerâmica		Curtumes		Destilaria		Ferrarias		Salga		TOTAL	
	fáb.	trab.	fáb.	trab.	fáb.	trab.	fáb.	trab.	fáb.	trab.	fáb.	trab.
Tavira	8	15	5	11	3	12	-	-	3	56	19	94
Faro	20	34	-	-	-	-	1	6	-	-	19	38
Lagos	7	33	-	-	-	-	-	-	-	-	7	33
TOTAL	**33**	**80**	**5**	**11**	**3**	**12**	**1**	**6**	**3**	**56**	**42**	**165**

Fonte: elaboração própria com base em Jorge Pedreira, *Estrutura Sectorial e Regional da Indústria Portuguesa: Estatística e Cartografia. Os inquéritos industriais da Junta de Comércio (1815-1825)*, separata da «Revista de História Económica e Social», Lisboa, 1989;e em AHMOP, Junta do Comércio, JC 12, 1815-1833.

Uma rápida apreciação do quadro permite-nos concluir que era a comarca de Tavira a mais industrializada de todo o Algarve. As 19 "fábricas" em que se empregavam 94 trabalhadores conferia-lhe essa primazia. Não obstante, era na Salga e na estiva das pescarias que incidia a sua principal ocupação industrial. Segue-se-lhe de perto, com o

---

[26] Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Junta do Comércio, JC 12, relação das fábricas da Comarca de Faro, elaborada pelo Corregedor e datada de 2-11-1811. Aí se refere que a «fábrica de curtumes» era pertença de Manoel José Gomes da Costa e de António Luís de Macedo.

[27] AHMOP, Junta do Comércio, Mapas e Contas dos Ministros Territoriais acerca das fábricas existentes, JC 12, 1814.

[28] Com base nessas fontes documentais construiu Jorge Pedreira o quadro geral da indústria portuguesa do primeiro quartel do século passado, num trabalho intitulado *Estrutura Sectorial e Regional da Indústria Portuguesa: Estatística e Cartografia. Os inquéritos industriais da Junta de Comércio (1815-1825)*, separata da «Revista de História Económica e Social», Lisboa, 1989, que é uma súmula dos apêndices estatísticos da sua tese de mestrado intitulada «Indústria e Atraso Económico, Portugal (1800-1825)», dactilografado, Lisboa, FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 1987. Este trabalho seria depois publicado com o título: *Estrutura Industrial e Mercado Colonial – Portugal e Brasil (1780-1830)*, Lisboa, Difel, 1994.

mesmo número de unidades de produção, a comarca de Faro, mas com menos de metade dos operários. Porém, repare-se que não era a mais progressiva pois que concentrava quase toda a sua riqueza produtiva no sector da Cerâmica, tendo como única excepção uma unidade de Ferraria com seis operários, que funcionava, mais propriamente, como serralharia e pequena fundição de ferro para trabalhos de construção civil e artes decorativas, sobretudo das sacadas e portões, que ainda existem em alguns edifícios antigos da cidade. No entanto, acrescente-se que os ferreiros proliferavam um pouco por todo o Algarve, sendo mais uma arte do que propriamente uma indústria. Assim como os oleiros, cuja actividade se prende com o sector da Cerâmica, mas que por norma trabalhavam sozinhos, às vezes no restrito quadro familiar, torneando na "roda" pequenas peças para uso doméstico. Mas passemos, de forma sucinta, à apreciação global de cada um dos ramos industriais e à sua integração na respectiva comarca.

Figura 1 - Mapa da distribuição geográfica da proto-indústria algarvia (1810-1852)



4.1. Oficina ou manufactura artesanal – o desvelar das aparências.

A cidade do Gilão durante a primeira metade do século XIX, apesar do assoreamento do seu porto marítimo que desincentivava o comércio externo, evidenciava uma certa propensão para a transformação industrial, já que na Comarca registaram-se em laboração cerca de 16 unidades de produção, com 38 operários efectivamente recenseados. Porém, acresce referi-lo, esse fulgor industrializante só teve início a partir de 1815, já que antes (à excepção da efémera fábrica de chapéus) foram sucessivamente negativas as informações veiculadas pelos escrivães camarários à Junta do Comércio.[29] O principal ramo de indústria tavirense revelou-se, a partir de então, o da Cerâmica, que possuía oito estabelecimentos com um efectivo total de 15 operários. O seu objecto de produção era a loiça grossa vermelha, também conhecida por «louça de fogo», que se

---

[29]AHMOP, Junta do Comércio, JC 12, 1803 a 1814. Aliás, nessa última data, o Corregedor da Comarca de Tavira, Manoel Christovão Mascarenhas Figueiredo, afirmava que «nesta Cidade não há Fabrica alguma de que se possa participar a existencia», o mesmo acontecendo nas outras terras conforme lho haviam comunicado os respectivos Juizes de Fora.

dispersava por pequenas oficinas de oleiro na zona da Serra, nomeadamente em Alcoutim e Martim Longo.[30]

Aliás, desta última, era bastante conhecida e apreciada a «louça preta», empregue em quase todos os usos domésticos pela sua resistência e durabilidade. Contudo, devemos esclarecer que na maioria dos casos estas cerâmicas produziam essencialmente telhas, ladrilhos, tijolos e tijoleiras, que se empregavam na construção civil. Muitas das casas antigas que se encontram no campo, e até na cidade, possuem pavimento de tijoleira a que chamam "regional", exactamente por ter sido produzida na região em quantidades consideráveis.

Na Comarca de Faro a indústria da cerâmica era não só a mais implantada como a mais numerosa em trabalhadores, já que nela consta a existência de 20 oficinas com um total de 34 operários, dispersos por Moncarapacho,[31] Estoi,[32] Santa Bárbara de Nexe, Paderne e Albufeira.[33] Como nota de distinção, esclareça-se que Moncarapacho, Paderne e Albufeira possuíam cerâmicas mistas, onde se fabricava não só telha e tijolo, como também louça grossa vermelha, cântaros, alguidares, alcatruzes, infusas e toda a gama de "louça de fogo", estanque e vidrada.[34] Sendo o grosso da produção ceramista

---

[30] O escrivão da Câmara de Alcoutim, José Carlos de Freitas e Azevedo, num ofício datado de 26-2-1813, afirmava ser aquela a única terra que em toda a Comarca de Tavira possuía fábricas, sendo uma na vila e quatro em Martim Longo, todas laborando em «louça preta groçeira de que são proprietarios da desta villa José Joaquim e, das de Martimlongo, Bras Correa, José Baptista, António Baptista e João Baptista, as quaes louças vendem os mesmos a estes Povos e a exportão para as Feiras que se fazem na villa de Mértola, Villa Real e Castro Marim e a Aldeia do Deleite, adonde tem o seu total consumo.»

AHMOP, Junta do Comércio, «Mapas e Contas dos Ministros Territoriais relativos a várias indústrias», JC 12, 1813.

[31] Na freguesia de Moncarapacho, em 1814 existiam quinze «fábricas de loiça de fogo grosseira», doze das quais eram uninominais, ou seja, simples oleiros que trabalhavam por contra própria, à excepção de Simão Correa que empregava três operários, mais José da Rosa e José Maria com dois trabalhadores em cada oficina. Em todo o caso impõe-se dizer que trabalhavam todo o ano, coziam 243 fornadas de que resultava uma produção de 51.500 peças de barro, vendidas nos mercados e feiras do Algarve.

AHMOP, Junta do Comércio, «Mapa das Fábricas que há no Termo da Cidade de Faro, JC 12, 1814.

[32] Nas freguesia de Estoi e de Santa Bárbara de Nexe registaram-se cinco «fábricas de Telha e Tejolo», cada uma das quais empregava três trabalhadores mas apenas laboravam durante o Verão, nos meses de Junho a Agosto. Eram duma regularidade quase absoluta já que cada qual cozia três fornadas e produzia em média sete milheiros, perfazendo em conjunto um total de 36.500 telhas e tijolos que vendiam na região ou exportavam para Gibraltar. Os seus proprietários foram João Freire, Diogo Park, Francisco José Moreira, Francisco José da Horta e Manuel Palermo, todos negociantes e empresários agrícolas, o que nos parece singular, quando comparado com exemplos anteriores.

AHMOP, Junta do Comércio, idem, ibidem

[33] Na vila de Albufeira existiam três fábricas de cerâmica; uma era de «louça de barro para fogo», pertencia a um tal Domingos Maria, produzia «mil peças de varias qualidades, consumida na Villa» e laborava todo o ano com apenas um mestre e um aprendiz. As outras duas eram de telha e ladrilho, as quais pertenciam a Domingos José e a Sebastião Vieira; a primeira produzia «secenta milheiros para varias terras desse Algarve, alem da necessária para esta Villa», laborava apenas de dez de Junho até Outubro, empregando um mestre, dois oficiais e três aprendizes; a segunda produzia cinquenta mil telhas e tijolos consumidos na região, trabalhava pelo mesmo espaço da anterior e com idêntico pessoal.

AHMOP, Junta do Comércio, JC 12, 1815.

[34] AHMOP, Junta do Comércio, JC 12, 1825.

indispensável à construção civil induz-se que era esta a comarca com maior desenvolvimento urbano e, logicamente, com maior crescimento económico.

Dentro do mesmo ramo era a comarca de Lagos que mais se notabilizava no índice de concentração de trabalhadores por unidade de produção. Os seus sete estabelecimentos industriais em que se empregavam 33 operários, três dos quais com uma média superior a seis trabalhadores, conferiam-lhe uma primazia proporcional no sector em todo o reino do Algarve. Este é um exemplo singular de especialização, já que mais nenhuma indústria se recenseara naquela comarca. Por outro lado, somos levados a admitir que o crescimento desta indústria se explica pela retoma do desenvolvimento comercial, reflectido na reconstrução da cidade, de cuja decadência, suscitada pelo terramoto de 1755, se vinha lentamente ressarcindo.

Os curtumes, cujo tratamento industrial e aproveitamento artístico herdamos da colonização árabe, estavam sediados na comarca de Tavira, em cujas elevações serrenhas a criação do gado lanígero constituía o principal fruto da sua sobrevivência económica. No abate de caprinos residia a primordial fonte de abastecimento desta indústria, que dos sobreiros e sumagre, tão abundantes na serra de Tavira, extraía o mordente indispensável à curtimenta. As cinco oficinas e os seus onze trabalhadores reflectem - mais pelo número das artes do que dos artistas - a tradição de que esta indústria gozava naquela comarca. Restava-lhe, igualmente o orgulho, se ser a única cidade algarvia onde ainda se mantinha esta actividade industrial, a todos os títulos indispensável aos vários artesãos do couro, solas e pelicas, como era o caso dos sapateiros, albardeiros, atafaleiros, arrieiros e surradores.

No contexto regional, era em Loulé que mais se trabalhava o couro e as peles, sendo a arte de sapateiro aquela que, no seio da população activa da mesma vila, contava com maior número de aderentes.[35] Curiosamente, quando em 1827 o Marquês de Loulé aforou o arruinado Castelo daquela vila a um particular, apenas ali existia «huma piquena casa abarrocada que servia de salgadoiro de pelles», o que demonstra a permanência de surradores, cuja actividade no curtimento das peles era similar à das oficinas de curtumes de Tavira.[36]

A indústria da destilação concentrava-se, igualmente, na comarca de Tavira, consistindo na fermentação, em alambiques de grandes proporções, dos figos de refugo ou de qualidade inferior, dos quais se extraía por cada arroba 5 ou 6 canadas de aguardente.

---

[35] Refira-se que entre 1843 e 1848 o índice percentual dos sapateiros em Loulé foi da ordem dos 17% da população activa, crescendo nesse quinquénio de 72 para 76 profissionais. Os almocreves e arrieiros eram os que se lhes seguiam, embora em número muito inferior.

Arquivo da Igreja de S. Clemente em Loulé, Róis de Confessados, anos de 1843 a 1848.

[36] O processo de aforamento foi objecto de contestação por parte da Regente Isabel Maria, que punha em causa a legitimidade do Marquês de Loulé em celebrar com o negociante Florêncio António Cavaco o aforamento perpétuo do Castelo da vila. No competente auto de inquirição de testemunhas constava que o Castelo era «inutil e sem prestimo algum ao Publico» por se achar em ruínas, mas se fosse aforado nos termos da escritura exarada pelo Marquês seriam grandes os beneficios para a Coroa, pois que o contratante se obrigava a reconstruir-lhe as paredes e as casas do recinto interior.

ANTT, Desembargo do Paço, Maço 532, nº 83 [julgo que o aforamento ficou inconcluso].

Refira-se que das três destilarias só a de Justo José de Zunega é que possuía uma razoável dimensão, pois que nela laboravam oito operários, ou seja o dobro das restantes. Apesar disso, a sua produção, ainda que significativa, destinava-se preferencialmente ao consumo intra-regional, embora alguma se exportasse para o Alentejo.

Contudo, os conhecimentos da arte da destilação do figo nem sempre eram os mais apurados já que, por vezes, excedia-se o grau a que a mesma deveria chegar, adquirindo cor amarelada e um trago adocicado, o que fazia com que se conservasse por menos tempo. Como não havia vigilância nem controle sobre a produção, verificava-se que muitos agricultores destilavam o figo sem preocupações de higiene ou de qualidade. Os destiladores mais experimentados deixavam chegar a fermentação ao grau de vinhosa para lhe excluir o gosto adamado e juntavam-lhe bagas de zimbro, casca de laranja, funcho ou erva doce, que camuflavam o trago e o odor original, conferindo-lhe um sabor aveludado. Quando elaborada com perfeição e qualidade era esta aguardente muito apreciada e procurada nos circuitos comerciais.[37]

Por outro lado, os resíduos da destilação eram aproveitados na alimentação dos gados suíno, bovino e asinino, não tendo, por isso, esta indústria quaisquer desperdícios. Entre as várias tentativas que neste ramo industrial se ensaiaram no Algarve, merece especial menção o suíço Isac Correyolas que, na década de 1750, veio estabelecer-se nas margens do rio de Portimão com uma «fábrica» de aguardente, a qual dez anos depois seria penhorada por dívidas e vendida ao negociante inglês João Lampriere, que a desmantelaria por não obter melhor sucesso.[38] Subsistiriam, porém, os pequenos destiladores para o abastecimento dos mercados locais e alguma exportação para as regiões limítrofes.

O sector da Salga e estiva da sardinha constituía o principal alicerce da indústria algarvia, suporte fundamental na exportação de pescado para a Andaluzia e Gibraltar. O fulcro desta indústria situava-se, naturalmente, em Vila Real de Santo António onde o súbdito britânico Luiz Cassar fundara em 1827 uma fábrica de salgar, estivar e extrair azeite da sardinha capturada na costa sotaventina. Para que o investimento inicial pudesse singrar requereu aquele empresário à Junta do Comércio que lhe concedesse a graça de poder importar livre de quaisquer direitos alfandegários todos os «utencilios e materias primas para conservação e aumento da mesma Fábrica». Nesse sentido, foi-lhe dada autorização imediata para importar milhares de aduelas para barris, trinta pipas para azeite, vinte arráteis de algodão, pregos e papel mata-borrão.[39]

Para além da fábrica de Luiz Cassar, fundada em 17-8-1827, também existiam, em Vila Real de Santo António, as de António Mello, erigida em 22-4-1828, e de Eusébio Luiz Ferreira, criada em 19-2-1829, mas que no ano seguinte já se dizia estar «em máo

[37] Cf. J. B. Silva Lopes, *Corografia do Reino do Algarve*, op. cit., p. 144.
[38] Vide Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve Económico*, Lisboa, Ed. Estampa, 1988, pp. 232-233.
[39] AHMOP, Junta do Comércio, Processos de licenciamento de fábricas e matrícula de servidores, Salga de sardinha, 1830.

estado e por isso não trabalha».[40] Os armazéns das fábricas de Cassar e de Mello situavam-se na Rua da Rainha e eram praticamente contíguas, produzindo ambas azeite de peixe, sardinha e atum em salmoura, que envasilhavam em barricas com destino a Itália e outros portos europeus. A situação política e económica do país no início da década de trinta agravara-se com o surgimento do «Governo da Terceira», dando novo alento à causa liberal mas deixando em sobressalto o país e o regime miguelista, que receoso de um desembarque de tropas invasoras ordenara uma apertada vigilância das costas marítimas. Para o efeito, reforçou-se a Esquadrilha do Algarve chegando-se até a requisitar algumas embarcações de pesca para o patrulhamento da costa, que era, sem sombra de dúvida, a mais fragilizada de todo o litoral português. Por isso é que a faina da pesca nos anos que precederam a invasão do Algarve esteve muito abaixo do que era normal.

O reflexo dessa situação de instabilidade e de quebra da actividade produtiva deixava-se transparecer no «Mappa das Fabricas da Comarca de Tavira», datado de 1831, no qual se averbara a seguinte observação: «Não tem no prezente anno salgado nem estivado pescarias pela absoluta falta das mesmas».[41] Uma afirmação destas dava a entender, claramente, que a situação da indústria das pescas e suas afins, como era o caso das fábricas de salga e extracção de azeite de peixe, caminhariam para a ruína, deixando na miséria centenas de famílias oriundas dos estratos sociais mais desprotegidos da sociedade algarvia. Um outro indício dessa conjuntura desfavorável constava no mesmo «Mappa» em uma nota de esclarecimento, onde se afirmava: «nesta Comarca de Tavira não há mais Fábricas algumas, achando-se demolida a de destilação de Justo José de Zunega desta Cidade, como consta da certidão que fica no Cartorio».[42]

Acresce referir, ainda no mesmo âmbito, que, apesar de não termos encontrado referências oficiais no seio da Junta do Comércio, sabemos, contudo, que em 1829 existia uma fábrica de azeite de peixe em Olhão, cujo proprietário, Thomaz de Souza, exportava para Lisboa muitos cântaros da sua produção.[43] O mesmo acontecia também com Manoel Martins Morgado que possuía idêntico estabelecimento em Faro, em cuja alfândega fazia exportar para a capital o melhor da sua lavra.[44] Desconhecemos, porém, a magnitude laboral, social e económica destas duas salgas de Faro e Olhão, que admitimos terem sido de pequena dimensão, reduzida prosperidade e efémera duração, pois de contrário, se algumas semelhanças tivessem com as de Vila Real de Santo António, por certo que lhes tínhamos apanhado melhor o rasto.

---

[40] AHMOP, Junta do Comércio, «Mappa de todas as Fabricas que se achão estabelecidas no Destricto da Comarca de Tavira, Reino do Algarve, pertencente ao anno de 1830».
[41] AHMOP, Junta do Comércio, Idem, «Mappa» datado de 31-12-1831.
[42] AHMOP, Idem, idem.
[43] Segundo refere J. B. Silva Lopes, *op. cit.*, pp. 105-107, por cada milheiro de sardinha extraía-se uma canada de azeite, tendo a vila de Olhão a fama de melhor secar a sardinha e o peixe de coiro apanhado nos mares de Larache, cujas peles, salmoura e azeite eram anualmente exportados para Lisboa em mais de 60 caíques e rascas do sotavento algarvio
[44] ANTT, Alfândegas do Reino, Faro, caixa 814, «Livro da Carga...», 1929, liv. 283.

4.2. A manufactura têxtil, numa incipiente economia dualista.

É claro que várias outras actividades do foro artesanal-manufactureiro existiam em simultâneo com as que aqui apontamos, tendo apenas como factores de diferenciação a sua intrínseca dimensão produtiva, o número de trabalhadores, os valores do investimento inicial, das transacções comerciais e sua tributação fiscal. Por isso, é que não nos referimos à tecelagem caseira em que se ocupavam muitas mulheres nos concelhos de Faro e de Silves, produzindo muitos panos de linho e estopa que vendiam nos mercados e nas feiras locais.[45] No concelho de Loulé, em 1829, existiam 38 tecedeiras do linho que com seus teares domésticos exerciam uma actividade produtiva do tipo da economia mista, repartindo a sua disponibilidade entre a lavoura e a tecelagem.[46] Aliás, neste concelho era frequente verem-se os linhares nas margens das ribeiras de Tor e Algibre, em cujas azenhas e profundos pegos mergulhavam os linhos a macerar, provocando com isso a putrefacção das águas e a eclosão de sezões.[47]

Os lanifícios, tanto no que respeita à transformação do linho como da lã, sempre tiveram no Algarve semblantes de indústria artesanal e caseira, desprovidos do cariz fabril de que se fizera apanágio a região Norte do país, nomeadamente o Minho, Trás-os-Montes e Beira Litoral. O tear, a roda de fiar e as maçadeiras eram, no Algarve, feitos de madeira tosca, como também eram primitivas ou pouco apuradas as técnicas empregues, desde a tosquia, passando pela cardação, fiação e tecelagem. Mantas de lã, vestuário, panos de linho para uso doméstico, esteiras e tapetes de trapos, era o que mais se produzia nesta espécie de «indústria artesanal», a que a introdução do algodão veio dar mais leveza e brancura, sem, porém, lhe acrescentar maior esmero e bom gosto.

Um outro sector que no país, desde o consulado pombalino, gozou de especiais prerrogativas e teve aura de primeira indústria, foi o da Seda. A sua produção era de tal forma incentivada que se chegou a estabelecer um concurso nacional para os melhores criadores do bicho da seda e das suas tecedeiras, cabendo aos empresários, lavradores e negociantes relacionados com o sector a concessão de privilégios fiscais, isenção de serviço militar, empréstimos financeiros e até a outorga de títulos de nobreza, quando a produção excedesse as três arrobas.[48] Em Tavira, cidade da melhor nobreza algarvia, o plantio de amoreiras foi alvo de interesse até da própria edilidade, mas, ainda assim, a

---

[45] AHMOP, Junta do Comércio, JC 12, 1820.

[46] Arquivo Municipal de Loulé, Livros de Maneios, 1829.

[47] J. B. Silva Lopes, *op. cit.*, p. 316.

[48] A Ordem Régia que promulgava os privilégios, isenções e prémios concedidos a todos os lavradores e empresários da seda foi publicada a 15-2-1802 e tornada pública no tapavento da Igreja de Santiago de Tavira em 22-3-1802. A partir de então, plantaram-se dezenas de amoreiras nas quintas da nobreza local e até nas praças e arruamentos da cidade.

Veja-se a obra de Damião Augusto de Brito Vasconcelos, *Notícias Históricas de Tavira*, 2ª ed., Tavira, C.M.T., 1989, pp. 168-170, na qual se transcreve na íntegra a Ordem Régia com que D. João VI pretendeu incentivar a produção da seda nacional.

produção de Seda, que até nem ficou aquém das melhores expectativas, acabaria, nos anos seguintes, por não passar de uma miragem.[49]

Porém, teve melhor sucesso em Loulé, onde por volta de 1790, na Quinta do Rosal, pertencente a Manuel José da Gama Lobo[50], se erigiu um armazém para a criação de bicho da seda e se iniciou a laboração de uma fábrica de tecelagem. Consta que em 1807, a pedido do mesmo proprietário, deslocou-se a Loulé uma família de trabalhadores muito experimentados na cultura e tratamento da seda, pertencentes à Escola Sericícola da vila de Chacim, em Trás-os-Montes, para ensinarem a criar o sirgo e a fiar a seda, naquele que seria o primeiro e único estabelecimento do género no Algarve.[51] Em todo o caso, não deve ter possuído dimensão produtiva nem económica para poder ser considerada fábrica, pois que, ainda que tivesse menos de dez operários, deveria ter constado dos «mapas» das indústrias que as autoridades locais enviavam à Junta do Comércio. Em nenhum desses inventários encontramos qualquer referência a este estabelecimento, não sendo de excluir também a hipótese da sua existência ter sido sonegada ao respectivo Corregedor. Não obstante, julgamos que houve produção e tecelagem, a ajuizar pelo facto de em 1828 existirem naquela vila três lojas de meias de seda, sendo uma delas pertença de D. Anna Madeira Gama Lobo e sua irmã, filhas do citado proprietário.[52] A «fábrica», após a morte do seu instituidor, entrou em decadência não resistindo à queda do regime absolutista, de que, aliás, os Gama Lobo eram fervorosos adeptos.[53] O edifício que serviu de estabelecimento industrial ainda hoje existe, tendo sido, porém, objecto de consideráveis obras de recuperação que viabilizaram a consolidação e o aproveitamento daquele vetusto imóvel.

---

[49] Consta que Mateus Biffignandi, um piemontês, perito na arte da seda, se deslocou ao Algarve para proceder à plantação de amoreiras, com vista à criação do sirgo, mas «o projecto morreu como tantos outros à nascença». Não obstante, em Tavira, no ano de 1804, João Evangelista Vaz Velho produziu cerca de 35 arráteis de seda em rama, isto é, pouco mais do que uma arroba, exemplo esse que apesar da abundância de amoreiras nas praças da cidade não teve, a posteriori, melhor seguimento e imitação.

Cf. José Acursio das Neves, «Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a produção e manufactura das sedas em Portugal.», in *Obras Completas*, vol. IV, Porto, Ed. Afontamento, s/d, p. 312.

[50] Manoel José da Gama Lobo nasceu em Loulé a 28-3-1742, era filho de D. Josepha Theresa Maria Xavier Mascarenhas, natural do Algoz, e de Nuno Mascarenhas Pessanha, nascido em Loulé. Possuía título de cavaleiro fidalgo, foi Capitão Mor e mandou construir o palácio dos Lobos, em Loulé. Casou em 1752 com Victoria Josefa Theresa da Conceição de Lima Lobo, natural de Lagoa, de quem teve vários filhos.

[51] Cf. Abade do Baçal, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol XI. Na «Gazeta de Lisboa», de 1807, publicou-se a seguinte notícia: «Para o Reino do Algarve se transportou da Villa e Escolas de Chacim, provincia de Traz-os-Montes, huma familia muito intelligente da criação e fiação da seda, a pedimento de Manoel José da Gama Lobo, um dos maiores proprietários de amoreiras da villa de Loulé, que com espírito patriótico se propõe adiantar este ramo de cultura e indústria.»

Sousa Viterbo na sua obra *Artes Industriais e Indústrias Portuguesas. Indústrias Têxteis e Congéneres*, Coimbra, 1904, faz referência a esta mesma notícia e à fábrica de seda de Loulé.

[52] Arquivo Municipal de Loulé, Livros da Décima dos Prédios Urbanos, 1828, fls., 57, 60-61.

[53] Cf. J. B. Silva Lopes, *op. cit.*, pp. 194-196 e 312. Veja-se também «O Algarvio», semanário regional, artigo de Ataide Oliveira publicado na edição de 21-6-1891.

5. Razões políticas do insucesso industrial no Algarve. Os Bancos Rurais, uma via regional para o capitalismo.

Nos anos subsequentes ao fim da guerra-civil e à reimplantação da Carta Constitucional, gerou-se um quadro político da maior complexidade, entre avanços e retrocessos, impregnado de uma carga reformista de grande alcance jurídico-administrativo, que alterou radicalmente a estrutura social e económica da nação. Mudanças de textos constitucionais, alterações no ordenamento territorial, aparecimento dos Códigos Administrativo, Judicial e Comercial, permanente revisão/reforma do aparelho de Estado, além de uma constante conflitualidade política, marcada por sucessivos golpes, motins, revoltas e pronunciamentos militares, não deram ao país a serenidade e a segurança que os investidores, empresários e banqueiros exigiam para uma evolução fiável da economia e da introdução de novos capitais.

Sem essa confiança não poderia existir progresso de espécie alguma. Ora sabendo-se que o Algarve foi uma das regiões mais afectadas pelas guerrilhas miguelistas e pelas rivalidades partidárias em que se repartiu a nação, não é de admirar que se tenha tornado numa das principais vítimas do "arrefecimento" económico que assolou as regiões periféricas. E como faltasse confiança nas instituições as probabilidades do risco exorbitavam o receio de investir, perspectivando-se o espectro do insucesso e da falência. Num povo em cuja mentalidade económica se haviam diminuído os factores de risco pela sustentação de prerrogativas de protecção e de privilégio, dificilmente se poderia recorrer ao empréstimo de capitais sem pagar juros altos, incomportáveis e até inibidores de qualquer investimento.

No entanto, em 1835, surgiu nas páginas de um periódico militante do progresso e das inovações técnicas, especializado na área dos negócios e da finança, fazia alarde da urgente necessidade de se fundarem instituições de crédito nas principais cidades mercantis do país, por forma a que viabilizassem o investimento na modernização tecnológica da agricultura, do comércio, da indústria e dos transportes. Sugestivamente designado por «Industrial Civilizador», esse periódico apontava o sector secundário como sendo a via mais directa para atingir o progresso e a riqueza das nações, sendo que seria essa a principal alternativa para o nosso país operar uma aproximação aos países economicamente mais desenvolvidos. Nesse ano em que se abriam definitivamente as portas à implantação do liberalismo em Portugal, já a imprensa e os homens mais ilustres e mais esclarecidos, pelos seus contactos internacionais, indicavam a via industrializadora dos recursos naturais (quer fossem de carácter extractivo ou transformador) como sendo a única capaz de lançar o país na senda da europeização e do progresso.

> Em quatro cidades podem já os bancos estabelecer-se: Lisboa, Porto, Coimbra, e Faro. O Algarve é uma das províncias de maior e mais variada produção, e a que pode mais facilmente sahir do abatimento a que o governo a tem sempre abandonando. A sua orla maritima, cortada por muitos portos, e de facil accesso para o commercio, convida por toda a parte á exportação dos seus preciosos productos. Mas para animar o terreno, faltão mais que nunca os capitaes. Uma devastadora guerra acaba de despovoar o Algarve. A maior parte dos proprietarios abundantes ou tem sido assassinados, ou espavoridos andão ainda ausentes; de maneira que só se vê pelas terras gente miseravel. Não admira por tanto que faltem capitaes, e a cultura se arruine; estes senhores co'a sua liberdade, que elles só entendem, vão fazendo do paiz uma

floresta. Nesta situação é aos usurários que pode recorrer-se, mas com taes sacrificios que vem a ser elles que recolhão o melhor preço da cultura. É portanto da maior urgencia que a humanidade acuda áquelles infelizes, pela formação dos bancos, especialmente de um em Faro. Os especuladores, para dar-lhe movimento devem proceder da seguinte maneira: Publicar que todos os lavradores do destricto que desejarem obter dinheiro, devem primeiro reunir-se em *associações de garantia mutua*, que consistem numa escriptura em que os associados declarem e assignem juntos, obrigando-se *in solidum*, ou cada um por si e por todos; ao pagamento das sommas que tomarem no *Banco*. Uma tal associação facilitará estas transacções, despensando as informações, que os directores do *Banco* devem exigir, as escripturas com hypothecas, que obrigão a avaliações, e outras despezas, e incomodos.

A fundação dos chamados Bancos Rurais veio, em larga medida, contribuir para a acessibilidade do capital aos pequenos ou grandes empresários agrícolas e industriais. E se noutras regiões foi possível criar essas instituições de crédito, no Algarve, apesar dos esforços do Governador Civil, Marçal Henrique Aboim, que em 1843 chegou mesmo a publicar-lhe os estatutos, tudo foi debalde esbarrando com a antipatia política e a própria incredulidade dos seus conterrâneos.[54] O economista António de Oliveira Marreca ainda subscreveu a ideia, considerando-a imprescindível para o apoio da agricultura, mas receou que o alvitre suscitado por um Governador Civil pudesse ter o selo partidário.[55] Acertou, pois devem ter sido esses os receios que afastaram os possíveis aderentes do projecto, sustentando-se como alternativa a abertura no Algarve de uma filial do Banco de Lisboa.[56]

Por isso é que no Algarve não emergiram novas empresas nem novos projectos de desenvolvimento agrícola e industrial. A opressão da agiotagem e da usura afastavam o investidor. Basta dizer que em geral os empréstimos suportavam uma carga de juros da ordem dos 40% ao ano, subindo nalguns casos, como em Tavira, a 60%, o que tornava de todo impraticável o recurso ao crédito particular.[57] Razões deste calibre terão levado a que

---

[54] O projecto e os estatutos pelo qual se deveria fundar e reger o almejado *Banco Rural do Algarve*, foi redigido por Marçal Henrique d'Almeida e Aboim em 1-5-1843, que o tornou publico e convidou todos os interessados à sua subscrição na *Revista Universal Lisbonense*, tomo III, nº 5, Lisboa, Imprensa da Gazeta dos Tribunaes, 1844, pp. 50-51.

[55] «Carecemos d'estes bancos ou de coisa que os suppra; e não só no Algarve. (...) Do melhor plano de bancos ruraes, ou das bases do que se propõe para o Algarve, não julgamos a proposito fallar. O pensamento é bom. Que o abracem e realizem os algarvios. Mas para que fosse abraçado e attraísse o maior concurso de sympathias e esforços não deveria talvez (dizemol-o francamente) partir da auctoridade, e trazer logo no frontespicio o sêllo da politica. Conviria que nascesse de outra fonte. No mais approvàmol-o: e a idéa de lhe annexar uma caixa economica, parece-nos excellente.»

Revista Universal Lisbonense, tomo III, idem, p. 50.

[56] «O governador civil d'este districto [Faro] apresentou o seu programma sobre um banco rural para o Algarve: todos reconhecem a necessidade d'esta providencia, todos aprovam a idéa, mas ninguem offerece as suas assignaturas. *Uma antipatia geral se declarou n'este Algarve, até nos da sua parcialidade politica, contra o offerecimento do governador civil* (...) bancos filliaes do de Lisboa nas capitaes das provincias, delegações d'estes nas cidades e villas notaveis, tudo bem organizado, farão a felicidade do reino no prezente e no futuro.»

Revista Universal Lisbonense, tomo III, idem, pp. 169-170 [o itálico é nosso].

[57] «As principaes fortunas do Algarve achão-se capitalisadas, e a propriedade muito dividida e em geral muito onerada. O agio do dinheiro por isso naquelle paiz se acha tão elevado: em alguns concelhos sobe elle a 40 por cento; no de Tavira, infelizmente passa álem do extremo. Os mutuantes de dinheiro naquella cidade não fasem transacção alguma por menos de 50 a 60 por cento. Isto não deixa de ser uma calamidade, que pesa sobre aquelle, e outros concelhos, que só os bancos ruraes, se se criassem, facilmente podiam remediar.»

no início da década de 1850, a situação industrial do Algarve tivesse regredido para um nível inferior ao que possuíra trinta anos antes. A tal ponto assim era que o Governador Civil de Faro, em 1852, respondendo ao inquérito desse ano afirmaria no seu relatório: «*Não existem Fabricas, propriamente ditas, reduzindo-se os estabelecimentos fabris a poucos teares de pannos grosseiros de lã e linho em que trabalhão seus próprios donos, e algumas ollarias em que se fabrica louça de barro*».[58] A verdade era esta, nua e crua: a "indústria" algarvia resumia-se a uma actividade doméstica, do tipo artesanal, de pequenas tecelagens caseiras e algumas olarias, quase todas do tipo unipessoal, com produções reduzidas e, praticamente, dimensionadas à escala do consumo local ou intra-regional.

Na mesma linha de opinião se situava também Charles Bonnet, que, de uma forma sintetisada, traçou o perfil industrial do Algarve, realçando-lhe as principais produções, nos seguintes termos:

> A indústria manufactureira, tal como acontece na maior parte de Portugal, é nula. Nas imediações de Monchique e nas partes vizinhas do Alentejo, os habitantes fabricam com a lã dos seus rebanhos uns panos grosseiros que se usam nesta região.[59] Em Loulé, Lagoa e Moncarapacho, fabrica-se com argilas ordinárias umas louças grosseiras, principalmente vasilhas a que dão o nome de Cântaro, que utilizam para conservar a água. Em muitas outras localidades, como Monchique, fazem-se telhas e tijolos. Nas montanhas calcárias vimos muitos fornos de cal, principalmente nas cercanias de Budens, Barão de São Miguel, Bensafrim, Odiáxere, Alte, Tavira e St° Estevão. A maior indústria do Algarve consiste na fabricação de obras feitas com a palmeira anã e o esparto. Os diferentes objectos são fabricados pelas mulheres, que fazem ainda pequenas obras com a piteira, e se ocupam igualmente na fabricação de rendas muito bonitas, mas geralmente de algodão, que servem para uso doméstico.[60]

Para concluir, acresce dizer que se instalara, sensivelmente a partir da implantação do regime liberal, um certo receio de que o principal sector económico do Algarve, as pescas, não viessem a despontar para um novo processo de fomento industrial. Tardou, na verdade, a efectivar-se. Até ao chamado «Fontismo» não gozou o país, e muito menos esta região, de um clima de estabilidade política e de confiança financeira que viabilizasse um projecto nacional de implementação dos sectores produtivos. As próprias Companhias de Pescarias, quer a do Algarve quer a Lisbonense, não obtiveram, de início, lucros que pudessem substantivar o tão almejado arranque da indústria transformadora e conserveira

---

José Ignacio Borges Romeira Pacheco, *Reflexões sobre o Estado do Algarve, o que precisa para que o seu commercio e industria prospere, e os seus productos adquiram mais credito, prompta venda e melhores preços nos principaes mercados*, Lisboa, Typ. do Progresso, 1855, p. 20.

[58] Citado por David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Editorial Vega, 1988, vol. I, p. 119 [o itálico é nosso].

[59] Charles Bonnet referia-se aos «sorianos» que eram panos de burel - originariamente provenientes da região do Sória - que se tornaram célebres nos teares algarvios, apesar do seu grosseiro fabrico, rude textura e aspereza de toque.

Acerca das produções manufactureiras da região veja-se a tese de Luiz de Mascarenhas apresentada ao I Congresso Regional Algarvio, publicada em formato de opúsculo sob o título *As Industrias do Algarve*, Lisboa, 1915, 32 pp.

[60] Charles Bonnet, *Memória sobre o Reino do Algarve - Descrição Geográfica e Geológica*, Faro, Ed. da Delegação Regional da S.E.C., 1990, p. 127.

do pescado. E no entanto era nelas que se depositavam as melhores esperanças. Mas, nos finais da década de setenta, quando o país respirava um ambiente de maior confiança e de melhor saúde económica (a que não foi alheia a criação, em 1875, do *Banco Agricola e Industrial Farense*), deram-se os primeiros passos que levaram alguns empresários italianos, espanhóis e portugueses à fundação de várias fábricas de conservas em Vila Real de Santo António, Olhão, Portimão e Lagos.[61]

A situação, daí por diante, em quase todos os ramos do comércio e da indústria evidenciava um crescente sucesso económico que nada tinha de similitude ou de paralelismo com o passado. A industrialização só então se iniciara. O atraso científico-tecnológico, em relação às principais potências europeias, cavara-se demasiado no tempo abrindo um fosso de separação bastante profundo para poder ser ultrapassado. E a distância entre as duas margens não foi ainda vencida.

Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim Franco (1993), *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime*, Porto, Edições Afrontamento.

AYALA, Don José de Aldama (1855), *Compendio Geografico-Estadistico de Portugal y sus Posesiones Ultramarinas - Ojeada histórica á los acontecimientos políticos del Reino durante el siglo XIX*, Madrid, Imprenta de la viuda de D. Antonio Yenes,.

BAIROCH, Paul (1976), *Commerce extérieur et développement economique de l'Europe aux XIX siècle*, Paris, Ed. Mouton.

BONNET, Charles (1990), *Memória sobre o Reino do Algarve - Descrição Geográfica e Geológica*, Faro, Ed. SEC-Delegação Regional do Sul.

CABRAL, Manuel Villaverde (1976), *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Porto, A Regra da Jogo edições,.

CAPELA, José (1975), *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias (1834-1900)*, Porto, Edições Afrontamento.

CASTRO, Armando de (1976), *A Revolução Industrial em Portugal no século XIX*, 2ª edição, Porto, Ed. Limiar.

CAVACO, Carminda (1976) *O Algarve Oriental - As Vilas, o Campo e o Mar*, 2 vols., Faro, Ed. Gabinete de Planeamento da Região do Algarve.

[61] Cf. Carminda Cavaco, *O Algarve Oriental - As vilas, o campo e o mar*, 2 vols., Faro, Edição do Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, 1976, vol. II, pp. 295-302.

CUSTÓDIO, Jorge, e MARQUES, Helena Isabel Monteiro (1994), *Empresariado Português. Uma abordagem às suas realizações*, Porto, Associação Industrial Portuense.

CUSTÓDIO, Jorge (1998), *A Máquina a vapor de Soure. Um património industrial da Fundação Belmiro de Azevedo*, Porto.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1955), *Prix et Monnaies au Portugal (1750-1850)*, Paris, Armand Colin.

----- (1977), *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 3ª ed, Lisboa, Ed. Arcádia.

JUSTINO, David (s/d) [1988-1989], *A Formação do Espaço Económico Nacional - Portugal 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Editorial Veja.

LAINS, Pedro (1995), *A Economia Portuguesa no século XIX. Crescimento económico e comércio externo, 1851-1913*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

---- (1997), «O proteccionismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido de industrialização concorrencial», in *Análise Social*, vol. XXIII, nº 97, 3.º.

LOPES, João Baptista Silva (1841), *Corografia ou Memoria Economica Estadistica e Topografica do Algarve*, Lisboa, Typ. Academia das Sciencias.

MACEDO, Jorge Borges (1982), *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Querco.

------ (1990), Fontes Pereira de Melo, Lisboa, Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações.

MADUREIRA, Nuno Luís (1997), *Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*, Lisboa, Editorial Estampa.

MAGALHÃES, Joaquim Antero Romero (1988), *O Algarve Económico (1600-1773)*, Lisboa, Editorial Estampa.

------ (1985), «Alguns Aspectos da Produção Agrícola no Algarve: fins do séc. XVIII princípios do séc. XIX», *Revista Portuguesa de História*, tomo XXII, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp.1-30.

MATOS, Ana Maria Cardoso de (1996), «Sociedades e associações indústrias oitocentistas; projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à actividade empresarial», in *Análise Social*, vol. XXXI (136-137) 2.º-3 º.

------ (1998), *Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista. O caso dos lanifícios no Alentejo*, Lisboa, Editorial Estampa.

MATOS, Fernanda, (1988), *Indústrias Tradicionais do Concelho de Loulé - Tecelagem*, Loulé, Edição da Câmara Municipal de Loulé.

MENDES, José M. Amado (1985), «A indústria portuguesa no século XIX», in *Prelo*, n.º 7, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, , pp. 23-32.

------ (1990), *Bloqueios à inovação no tecido empresarial português em finais do séc. XIX*, Porto, sep. da «Revista de História», vol. X.

MESQUITA, José Carlos Vilhena (1982), *A Importância do Brasil na Economia Portuguesa do séc. XVIII*, Faro, ed. do Autor.

------ (1988), *Liberalismo e Anti-Liberalismo no Algarve*, 2 volumes, Faro, Universidade do Algarve, 1988 [dactilocopiado, dissertação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica].

------ (1988), «Breves Achegas para a História das Pescas em Tavira no séc. XIX» *Alghارb, Estudos Regionais*, nº 7-8, Faro, CCRA, , pp. 21-34.

------ (1988-1989), *História da Imprensa do Algarve*, 2 vols., Faro, Edição da Comissão de Coordenação da Região do Algarve e da Secretaria de Estado da Comunicação Social.

------ (1999), *O Marquês de Pombal e o Algarve - A Fábrica de Tapeçarias de Tavira*, edição da Câmara Municipal de Tavira.

------ (2002), *Estudos de História do Algarve*, Faro, AJEA edições.

MÓNICA, Maria Filomena (1997), «Um político, Fontes Pereira de Melo», in *Análise Social*, vol. XXXII, n.º 143-144, 4.º-5 º.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira (1890), *O Algarve e a Fundação Patriotica d'uma Colonia Industrial e Agricola*, Porto, Typ. Elzeviriana.

NEVES João César das (1994), *The Portuguese Economy: a picture in figures XIX and XX centuries with long term séries*, Lisboa, Universidade Católica Editora

NEVES, José Acursio das (1983), *Memória sobre os meios de melhorar a Indústria Portuguesa considerada nos seus diferentes ramos*, [introdução e notas de Jorge Custódio], Lisboa, Ed. Querco.

PACHECO, Jose Ignacio Borges Romeira (1855), *Reflexões sobre o Estado do Algarve, o que precisa para que o seu commercio e industria prospere, e os seus productos adquiram mais credito, prompta venda e melhores preços nos principaes mercados*, Lisboa, Typ. do Progresso.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana (1987), «Indústria e atraso económico em Portugal (1800-1825). Uma perspectiva estrutural», in *Análise Social*, vol. XXIII, nº 97, Lisboa, pp. 563-596.

------ (1987), «Indústria mercado e cidade. Peripécias de um triângulo amoroso (1750-1850)» in *Povos e Culturas*, nº 2 [*A Cidade onde se vive*], Lisboa.

------ (1989), *Estrutura sectorial e regional da Indústria Portuguesa: estatística e cartografia. Os Inquéritos Industriais da Junta do Comércio (1815-1825)*, Lisboa, [separata da Revista de História Económica e Social nº 27].

----- (1992), «Obstáculos a la industrialización en Portugal en el siglo XIX», in *Revista de Historia Industrial*, vol. 2.

----- (1994), *Estrutura Industrial e Mercado Colonial - Portugal e Brasil (1780-1830)*, Lisboa, Difel-Difusão Editorial.

PEREIRA, Miriam Halpern (1979), *Política e Economia (Portugal nos séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte.

----- (1982), «O Estado vintista e os conflitos no meio industrial», in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, 2 vols., Lisboa, Sá da Costa Ed., vol. II, pp. 31-64.

---- (1992), *Negociantes, Fabricantes e Artesãos, entre velhas e novas instituições*, Lisboa, Edições João Sá da Costa.

PERY, Gerardo (1979), «O Comércio Externo de Portugal, de 1800 a 1890», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 4, Lisboa, Sá Costa, pp. 89-106.

RODRIGUES, Manuel Ferreira, e MENDES, José M. Amado (1999), *História da Indústria Portuguesa, da Idade Média aos nossos dias*, Mem Martins, Pub. Europa-América.

ROSAS, Fernando (1982), «A Chegada do Capitalismo aos Campos Portugueses», in *História*, n.º 44, Lisboa, Projornal, pp. 60-74.

SANTANA, Francisco (1984), «Aspectos de inovação na indústria portuguesa durante a segunda metade do século XVIII e o primeiro terço do século XIX» in *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2ª série, vol. 29, Lisboa, Ed. da Academia Portuguesa da História, pp. 233-310.

SERRÃO, Joel, e Gabriela Martins (1972), *Da Indústria Portuguesa. Do Antigo Regime ao Capitalismo*, Lisboa, Livros Horizonte.

SERRÃO, Joel (1978) «Indústria – A Palavra e a Ideia», in *Temas Oitocentistas. Para a História de Portugal do Século Passado. Ensaios*, vol. I, Lisboa, Livros Horizonte, 2 vols.

SOUSA, Fernando de (1985), «A industrialização portuguesa no século XIX», in *Reflexões sobre a História e Cultura Portuguesa* (cord. de Maria Emília Cordeiro Ferreira), Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, pp. 243-254.

VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito (1989), *Noticias Históricas de Tavira 1242-1840*, 2ª ed., Tavira, Ed. Câmara Municipal de Tavira.

WEINHOLTZ, Francisco de Almeida Coelho de Bívar (1891), *Memoria sobre a Economia Rural da 9ª Região Agronomica apresentada ao conselho escolar do Instituto de Agronomia e Veterinaria*, Tavira, Typ. Burocratica.

WEINHOLTZ, Justino de Bívar(1947), *Faro no Decorrer do Século XIX*, Faro, [separata do «Correio do Sul»].